

REPENSAR A EDUCAÇÃO: RUMO A UM BEM COMUM MUNDIAL?

199

Adélia N. Nunes

Departamento Geografia e Turismo, CEGOT e RISCOS, Universidade de Coimbra (Portugal)
ORCID 0000-0001-8665-4459 adelia.nunes@fl.uc.pt

“*Rethinking education: towards a global common good?*” é o título original da publicação realizada, em 2015, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, em Paris, França. Um documento também apresentado em português, sob o título “*Repensar a educação: rumo a um bem comum mundial?*” (Brasília, UNESCO, Brasil, 2016) com 91 páginas, que pretende identificar orientações, futuras, para a educação mundial, onde a UNESCO exerce um importante papel de liderança intelectual na educação internacional.

Num prefácio denso, forte e inquietante, Irina Bokova, Diretora-geral da UNESCO, levanta inúmeras questões

sobre o futuro da educação, destacando-se: “*que educação precisamos para o século XXI? Qual o propósito da educação no atual contexto de grandes transformações da sociedade? Como organizar a aprendizagem?*”.

Assim, no intuito de repensar a educação, num mundo em mudança, estabeleceu-se um grupo alargado de especialistas internacionais que recebeu a tarefa de elaborar um documento sucinto, com indicação de questões que afetam a organização da aprendizagem e que estimulassem o debate para definir uma visão da educação. Cientes das mudanças que afetam o mundo, na atualidade, caracterizadas por novos níveis de complexidade e contradição, a educação deve preparar indivíduos e comunidades para as tensões geradas por tais mudanças, tornando-os capazes de se adaptar e de lhes responder. “*Inspira-se numa visão humanista da educação e do desenvolvimento, com base nos princípios do respeito pela vida e dignidade humanas, igualdade de direitos, justiça social, diversidade cultural, solidariedade internacional e responsabilidade compartilhada, com vista a construir um futuro sustentável*” (p. 8). Sob o argumento “*O mundo está em mudança - a educação também precisa mudar*”, reforça-se a visão de duas publicações históricas da UNESCO, “*Aprendendo a ser: o mundo da educação hoje e amanhã*”, de 1972, conhecida como Relatório Faure, e “*Educação: um tesouro a descobrir*”, de 1996, o denominado Relatório Delors.

Na sequência da Introdução, *Repensar a Educação: rumo a um bem comum mundial?*, estrutura-se em 4 partes principais: (i) Desenvolvimento sustentável: uma preocupação central; (ii) Reafirmação de uma abordagem humanista; (iii) Formulação de políticas educacionais num mundo complexo; (iv) Educação como um bem comum.

(i) Na primeira parte, “*Desenvolvimento sustentável: uma preocupação central*”, a reflexão centra-se nos desafios e tensões emergentes, incluindo os que se relacionam com os padrões (insustentáveis) de crescimento económico, caracterizados pela crescente vulnerabilidade e pelo aumento da desigualdade social, exacerbadores de tensões ecológicas, intolerância e violência. Embora se reconheçam progressos em matéria

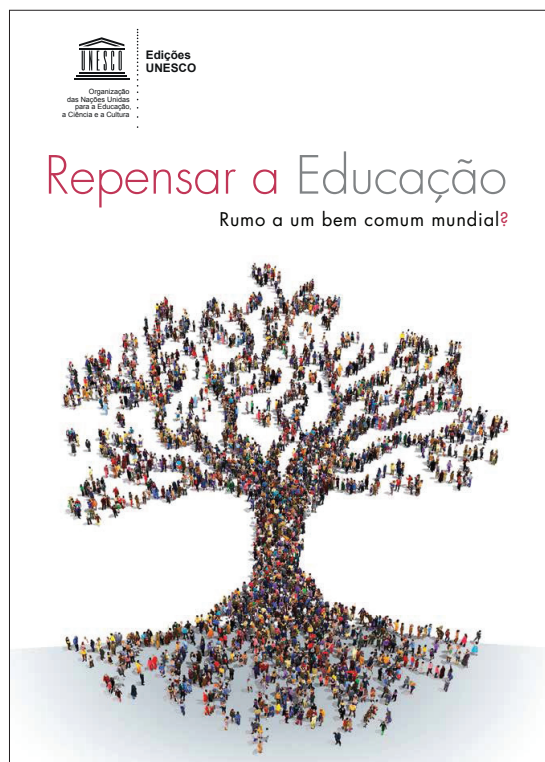


Fig. 1 - Frontispício do livro *Repensar a Educação: Rumo a um bem comum mundial?* (Fonte: <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002446/244670POR.pdf>).

Fig. 1 - Frontispiece of the book *Rethinking education: Towards a global common good?* (Source: <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002446/244670POR.pdf>).

de direitos humanos, a implementação de normas continua, em muitas ocasiões, a constituir um desafio.

As mudanças climáticas emergem, neste âmbito, como um dos grandes desafios do século, destacando o papel primordial da educação na consciencialização e na promoção de alterações comportamentais tanto ao nível da mitigação como da adaptação à mudança climática. Também a educação se deve tornar o motor essencial na mudança de crenças, percepções, atitudes e comportamentos necessários por via a fomentar o uso de fontes alternativas renováveis, que não tenham como base o carbono e, deste modo, minimizar o impacte, adverso, da mudança climática.

Por outro lado, os novos horizontes de conhecimento, resultantes da crescente disponibilidade de informações pessoais no “cibermundo”, exige dos educadores novos desafios, que se prendem com a necessidade de melhor preparar as novas gerações de “nativos digitais” para lidarem com as dimensões éticas e sociais, tanto das tecnologias digitais já existentes como daquelas que serão inventadas no futuro.

A “Criatividade, inovação cultural e juventude” pode constituir, por sua vez, um valioso recurso para o desenvolvimento humano sustentável. Com efeito, no mundo nunca houve uma geração mais informada, conectada e móvel. Isso gera um ambiente de maior consciencialização e compreensão em relação a outras culturas e um comprometimento em questões estéticas de alcance mundial, o que leva a um reconhecimento da importância de outros sistemas de conhecimento. De facto, ao nos confrontarmos com a complexidade dos atuais padrões de desenvolvimento, é essencial explorar abordagens alternativas ao progresso e bem-estar humanos.

O futuro da educação e do desenvolvimento no mundo atual requer a promoção de um diálogo entre diferentes visões, no intuito de integrar sistemas de conhecimento originários de realidades diversas e estabelecer um património comum. Devemos, portanto, reexaminar o propósito da educação à luz de uma visão renovada de desenvolvimento humano e social sustentável, que seja tanto equitativo quanto viável. Essa visão de sustentabilidade deve ter em consideração as dimensões social, ambiental e económica do desenvolvimento humano, assim como as várias maneiras como essas dimensões se relacionam com a educação: “*Uma educação que capacita é aquela que constrói os recursos humanos de que precisamos para sermos produtivos, para continuar a aprender, para solucionar problemas, para sermos criativos e também para vivermos juntos, em paz e harmonia, com a natureza*” (p. 36). Só quando as nações assegurem uma educação deste tipo, acessível a todos ao longo de suas vidas, porão em marcha uma revolução silenciosa: “*a educação converte-se no motor do desenvolvimento sustentável e na chave para um mundo melhor*” (p. 36).

(ii) “*Reafirmação de uma abordagem humanista*” dá título à segunda parte, na qual se reforça um conjunto de princípios éticos universais, os quais devem constituir a base de uma abordagem integrada promotora de uma educação para todos. Assim, apoiar e potencializar a dignidade, a capacidade e o bem-estar do ser humano, em relação aos outros e à natureza, deverá ser o propósito fundamental da educação no século XXI. Nesta abordagem humanista à educação enfatiza-se a necessidade de adequar os processos de aprendizagem à aquisição de conhecimentos relevantes e ao desenvolvimento de competências ao serviço de humanidade em comum. Esta abordagem, humanista, ultrapassa o papel utilitário da educação no desenvolvimento económico, devendo ser alicerçado em propósitos como a inclusão de pessoas frequentemente discriminadas - mulheres e jovens, povos indígenas, pessoas com deficiência, migrantes, idosos e pessoas que vivem em países afetados por conflitos. Com esta perspetiva humanista emergem múltiplas implicações para a definição de conteúdos de aprendizagem e pedagogias a utilizar, assim como a relevância do contributo dos professores e outros educadores.

De igual modo, é reafirmada a relevância da aprendizagem ao longo da vida como o princípio organizador da educação, crucial na integração das dimensões social, económica e cultural. “Aprender a conhecer, Aprender a fazer, Aprender a ser e Aprender a viver juntos” constituem os quatro pilares da educação, colocando o foco na importância de habilidades/competências “subjéctivas”, “transferíveis”, “não cognitivas” ou “do século XXI”, a que acrescenta “capacidade de aceder a informações e processá-las criticamente”. Esse quadro adquire, ainda, maior relevância devido ao rápido desenvolvimento de novas tecnologias, em particular as digitais.

(iii) Na terceira parte, “*Formulação de políticas educacionais em um mundo complexo*”, enfatiza-se a crescente complexidade social e económica, num mundo cada vez mais globalizado, e os desafios emergentes na promoção de políticas educacionais. De facto, a intensificação da globalização económica tem produzido padrões de baixo crescimento em termos de emprego, reflectindo-se num crescente desemprego de jovens e vulnerabilidade no emprego, o que afeta sociedades tanto em países do Norte como do Sul. Torna-se pois evidente a crescente desconexão entre a educação e o mundo do trabalho em rápida transformação, obrigando a uma mobilidade de estudantes e trabalhadores através de fronteiras (onde é sublinhada “a fuga e o ganho de cérebros”), requerendo novos padrões de conhecimento e competências, assim como novas formas para reconhecer, validar e avaliar a aprendizagem.

Ainda neste âmbito é, também, abordada a necessidade de “*repensar a educação para a cidadania num mundo plural e interconectado*”, através de expressões emergentes de cidadania, em que os sistemas nacionais de educação devem promover a identidade e favorecer a consciência

do outro, bem como o sentido de responsabilidade com os outros. Contudo, o papel da educação formal na socialização cívica e política é desafiado pela influência dos novos espaços, novas relações e novas dinâmicas oferecidas pelas plataformas digitais (blogs, Facebook, Twitter e outras redes sociais), as quais podem constituir instrumentos privilegiados de mobilização, colaboração e inovação, dos denominados “nativos digitais”.

Os desafios para a educação nacional passam necessariamente pelo reconhecimento da “*diversidade cultural e rejeição do chauvinismo cultural*”. Embora se assista ao crescente reconhecimento da diversidade cultural, seja historicamente inerente a Estados-nação (incluindo minorias linguísticas e culturais e povos indígenas) ou resultante de migrações (as quais contribuem para a maior diversidade cultural no interior de sistemas educacionais, locais de trabalho e na sociedade em geral) também se tem assistido a um exacerbar do patriotismo, que apresenta sérios desafios à coesão social em todo o mundo.

(iv) “*Educação como um bem comum?*” É o último capítulo desta obra, no qual se reforça a necessidade de reconhecer a educação e o conhecimento como bens comuns mundiais, implicando a criação de conhecimento, aquisição, validação e utilização comuns a todas as pessoas, como parte de um esforço coletivo da sociedade. Assim sendo, urge, perante contextos de rápida transformação, repensar os princípios normativos que regem a governança educacional, em particular o direito à educação e a noção de educação como bem público. Embora, a nível internacional, a educação seja referida como um direito humano e um bem público e se este princípio é relativamente incontestado no que à educação básica se refere, não há unanimidade sobre sua aplicabilidade à educação e à formação além dos níveis básicos. A noção de bem comum, quase sempre associada à de “bem público” requer um processo participativo na definição do que é um bem comum, a diversidade de contextos, conceitos de bem-estar e ambientes de conhecimento. Sem dúvida que o conhecimento é uma parte inerente do património comum da humanidade; do mesmo modo que a educação e o conhecimento deveriam ser vistos como bens comuns mundiais. O princípio de conhecimento e educação como bens comuns mundiais tem, necessariamente, implicações para os papéis e as responsabilidades das diversas partes interessadas, públicas, privadas, nacionais e internacionais. À UNESCO, enquanto organização internacional e com funções normativas e de observatório global, cabe um papel de protagonismo na promoção e orientação do debate global sobre políticas públicas.

Para concluir, nas “*considerações para o futuro*”, enunciaram um conjunto de questões a ter em conta na organização da aprendizagem, como um esforço coletivo da sociedade, centradas em: *De que forma a educação pode responder aos desafios de alcançar a sustentabilidade económica, social e ambiental? Como conciliar uma pluralidade de visões de mundo em uma abordagem humanista à*

educação? Como concretizar tal abordagem humanista por meio de políticas e práticas educacionais? Quais as implicações da globalização para as políticas e decisões nacionais sobre educação? De que forma se deve financiar a educação? Quais são as implicações específicas para a educação, a formação, o desenvolvimento e o apoio a professores? Quais as implicações da distinção entre os conceitos de bem privado, bem público e bem comum para a educação? (p. 90-91). A UNESCO, na qualidade de agência e *think tank* de reflexão intelectual, pode fornecer a plataforma para o debate e o diálogo, para aperfeiçoar a compreensão sobre novas abordagens à política educacional, com o fim último de apoiar a humanidade e seu bem-estar comum.

De facto, repensar o propósito da educação e a organização da aprendizagem nunca foi tão urgente! De igual modo, só depois de qualificar a educação e o conhecimento como bens comuns mundiais e de conciliar o propósito e a organização da educação como um esforço coletivo da sociedade, se poderá orientar para o respeito pela vida, dignidade humana, igualdade de direitos, justiça social, diversidade cultural, solidariedade internacional e responsabilidade compartilhada por um futuro sustentável (fig. 2).



Fig. 2 - Contracapa do livro *Repensar a Educação: Rumo a um bem comum mundial?* (Fonte: <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002446/244670POR.pdf>).

Fig. 2 - Back cover of the book *Rethinking education: Towards a global common good?* (Source: <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002446/244670POR.pdf>).